



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**A UPA E O PROCESSO DE LUTA ANTI-COLONIAL NAS OBRAS
DE JOHN MARCUM**

CARLOS DOMINGOS ANTÓNIO MILAGRE

Redenção - CE

2016



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**A UPA E O PROCESSO DE LUTA ANTI-COLONIAL NAS OBRAS
DE JOHN MARCUM**

CARLOS DOMINGOS ANTÓNIO MILAGRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Larissa Oliveira e Gabarra

Redenção - CE

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

CARLOS DOMINGOS ANTÓNIO MILAGRE

**A UPA E O PROCESSO DE LUTA ANTI-COLONIAL NAS OBRAS DE
JOHN MARCUM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Larissa Oliveira e Gabarra

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Larissa Oliveira e Gabarra (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr.Fábio Baqueiro Figueiredo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr.Carlos Subuhana

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

*Dedico aos meus pais, Sr.Domingos
Milagre e Sra. Liliansa Antônio.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo privilégio da vida. A minha família que acreditou que seria possível. Aos professores que contribuíram e oportunizaram tamanho aprendizado. Aos técnicos administrativos da Universidade que sempre me atenderam com hospitalidade. E por fim, ao Brasil que me recebeu de mãos abertas para este tão sonhado objetivo, realizado com muito esforço e dedicação.

Posso todas as coisas naquele que me fortalece
(Filipenses 4:13)

RESUMO

O presente trabalho tem como pretensão a apresentar a atuação do partido União da População Angolana-UPA, no contexto da independência Angolana com foco na sua estreita relação com os Estados Unidos, o movimento Pan-Africanista e a República do Congo, a partir da leitura das obras de John Marcum “The Anatomy of an Explosion” I e II. As obras são tratadas como documentação histórica escrita, procurando fazer uma análise do momento histórico a partir das experiências do autor que foi um agente da Cruz Vermelha. Assim, falar da UPA na sua luta anticolonial com um olhar atento as suas alianças internas e externas nesse trabalho é antes de tudo apresentar essa rica documentação ao público lusófono, já que as obras são em inglês e não tem tradução.

Palavras chave: Independência, UPA, Estados Unidos, RDC, John Marcum.

ABSTRACT

The present work has to claim to present the acting of Partido União das Populações de Angola – UPA, in context of Angolan independence, focusing on its close relationship with the United States, the Pan-Africanist Movement and the Republic Democratic of Congo, from the reading of John Marcum “The Anatomy of an Explosion” II and I. These works are treated as historical documentation writing and are analyzed according to the historical moment from the author's experiences that an agent from the Red Cross. So, talking about UPA in its own anticolonial fight with a internal and external alliances in this work and drip all this present rich documentation to the public Lusophony once that all the works are in English and there is no translation.

Key words: Independency, UPA, United State, RDC, John Marcum.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACA	American Committee on África
ALIAZO	Alliance des Ressortissants de Zombo
ABAKO	Aliança dos Bakongos
ASSOMIZO.	Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo.
CIA	Central Intelligence Agency
CVAAR	Corpo Voluntario Angolano de assistência aos refugiados
EUA	Estados Unidos da América
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FLA	Frente de libertação argeliana
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MLGC	Movimento para Libertação de Guine Bissau e Cabo Verde.
NWIZACO	Aliança(ou Associação) dos Naturais do Congo Português.
NTOBAKO	Aliança (ou Associação) dos Bakongos de Angola
OUA	Organização da Unidade Africana
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDA	Partido Democrático Angola
RDC	República Democrática do Congo
UPA	União das Populações de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola
UPC	União das Populações dos Camarões
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO I - O CONTEXTO HISTÓRICO DE “A ANATOMIA DE UMA EXPLOSÃO”	14
3	CAPÍTULO II – “A ANATOMIA DE UMA EXPLOSÃO”: UPA E SUAS ALIANÇAS.	25
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERENCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Uma das mais conhecidas citações de cunho educativo no contexto angolano é “Angola é um país grande e belo, faz parte do continente africano”. Angola alcança sua emancipação num período conturbado da história mundial no contexto da Guerra Fria. Nesse sentido, três partidos políticos ou movimentos de libertação vão lutar entre si pelo controle da nova nação, por meio de aliados ocidentais ou soviéticos, transformando, assim, Angola no palco quente da Guerra Fria.

Nesse trabalho pretende-se trazer reflexões sobre a atuação da UPA da Guerra de Independência de Angola, por meio da apresentação e interpretação do primeiro volume da obra de John Marcum “The Anatomy of na Explosion”. Para ele, a guerra ganha uma roupagem de interesses que englobavam as relações dos Estados Unidos da América com Holden Roberto da UPA. As relações entre os movimentos contestatários do sistema colonial racista e as forças que atuavam fora do território angolano, mas que exerciam influências no andamento do projeto de construção nacional de Angola ficam evidentes através do olhar desse agente da Cruz Vermelha. Especificamente, que trata dos conflitos no norte de Angola e da relação entre UPA e agentes internacionais e nacionais.

A fonte principal é o primeiro volume da obra de John Marcum, publicado em 1969. O segundo volume foi publicado em 1978, mas não é o foco principal da apresentação. Os dois volumes trazem documentos de dois períodos 1950-1962 e 1962-1976 em anexo, traduzidos para o inglês, além da própria descrição minuciosa do processo revolucionário, tal como ele mesmo intitula “The Anatomy of an Explosion” (MARCUM, 1969.p 06.). Bem como, esse estudo procurou utilizar alguns documentos disponíveis no banco de dados do Office of the Historian do governo norte americano¹.

A experiência de John Marcum no movimento de guerrilha, como agente humanitário da Cruz Vermelha, apresenta uma versão do estrangeiro comprometido com a revolução daquele país africano. Ao considerar sua profissão, como professor de política é possível entender o contexto de suas obras e pensar as análises sobre a Independência de Angola, via uma descrição minuciosa do processo revolucionário. O objetivo principal de John Marcum é pensar a gênese do nacionalismo angolano, permeada por relações étnicas, por meio dos povos ovimbundos, ambundos e bakongo. No primeiro volume ele trata de como aparece a

¹Disponível em:<<https://history.state.gov/>> Acesso em:25 de julho de 2015

ideia nacionalista em cada um desses povos. No segundo volume ele analisa a guerrilha e o aparecimento da terceira força, a UNITA.

A tentativa de trabalhar com essa obra em inglês, produzida a partir da experiência de John Marcum durante os momentos mais tensos da revolução angolana é muito importante para a produção historiográfica dos espaços de Língua Oficial Portuguesa, pois muitas partem de documentos apenas em língua portuguesa. Assim, a apreciação dessas obras possibilita o acesso mais democrático a essas informações. Entender como a União das Populações do Norte de Angola (UPNA futura UPA) de Holden Roberto, suas congruências e as relações entre os EUA e a República Democrática do Congo – RDC, via o olhar de John Marcum traz uma abordagem própria que ajuda na complementariedade de outras obras sobre a História da independência de Angola. Portanto, este estudo é de grande importância para a História e formação do estado angolano e uma contribuição aos estudos africanos da independência.

A partir do olhar de John Marcum podem-se problematizar os discursos proferidos pela UPA, procurando os princípios ideológicos da criação da Nação. Compreender o comprometimento político da UPA regionalmente, nacionalmente e internacional, suas alianças com outros partidos políticos dos países vizinhos, como o Movimento Nacional do Congo de Patrice Lumumba. A partir da localização geográfica– Norte de Angola, como a sede do partido, acredita-se que, a UPA poderá ter entrosamento com ideais nacionalistas, para além da movimentação regional, onde tinha certo apoio da população.

Entender o partido em sua relação regional é entender também os desdobramentos de suas ações do lado do Congo Leopoldville, ora independente do poder colonial depois de 1960. Pensar o discurso nacionalista da UPA é pensar a composição étnica e social do seu quadro, mas também a influência política dos discursos nacionalismos (federalismo, separatismo e centralismo) da República Democrática do Congo, que se baseavam em muitos movimentos vinculados a etnias. A imensa riqueza que no plano estratégico posicionava o Congo como um gigante da África subsaariana, fazia de seu repertório político um grande caldeirão de ideias e proposições que afetaram o plano de luta da UPA.

Inicialmente pensou-se em fazer uma análise do nacionalismo Angolano. Tentou-se descrever na íntegra como se dava a luta armada a partir do norte de Angola, sendo este o recorte espacial e o desenrolar da luta armada no olhar de Holden Roberto como visionário e líder do maior movimento anticolonial. Entender a UPA dentro do processo revolucionário e emancipatório, fazendo uma análise conjuntural da época usando da bibliografia de John Marcum para, da melhor forma, poder descrevê-la no período de (1957-1966). No entanto, ao entrar em contato com as obras do John Marcum, mudou-se a postura teórica metodológica ao

invés de pensar o contexto como um todo, começou-se a traduzir a obra em si, à medida que a entendia como um documento histórico importante, que liga não só o contexto da luta armada, mas também como o partido se estrutura a nível regional e externo. Assim a preocupação da pesquisa passou a ser mais entender a relação entre a UPA no norte de Angola, os EUA e do Congo Leopoldville, foco da primeira obra datada de 1950-1962, do que pensar o movimento nacionalista angolano a partir do norte de Angola. Dessa forma, fez-se uma longa resenha do primeiro volume da obra de John Marcum, com partes traduzidas, permitindo ao público lusófono interessado no nacionalismo de Angola ter contato com a obra, como um documento histórico.

Dessa forma, a monografia está dividida em dois capítulos: um que contextualiza a obra e questão histórica anticolonial em Angola, o próprio lugar de fala do autor, de onde analisa a guerra, tendo como foco a UPA e suas alianças. O segundo capítulo se centraliza na apresentação da própria obra, que trata da movimentação da UPA no cenário internacional. E por fim traz, uma breve conclusão sobre esse exercício monográfico.

2 CAPÍTULO I - O CONTEXTO HISTÓRICO DE “A ANATOMIA DE UMA EXPLOSÃO”.

John A. Marcum foi um estudioso da África da Universidade da Califórnia – UC em Santa Cruz (EUA. Califórnia) desde 1972, atuou como professor de política até 2007. Chegou a professor emérito de política, morreu em 12 de setembro de 2013 na mesma cidade de Santa Cruz aos 86 anos. Nascido em 1927 em San Jose, cresceu em Napa, obteve o diploma de Bacharelado em Artes em 1949 (designação para acadêmicos usada no século XIX). Tornou-se Ph.D. em 1955 pela Universidade de Stanford e obteve um Master (Mestrado) em Artes em 1951 pela Columbia University. Marcum foi reitor da Merrill Colégio de 1972 - 1977 e vice-reitor acadêmico de 1979 - 1984. Em 1990, tornou-se diretor do Programa de Educação no Exterior da Universidade da Califórnia. Em 2001, tornou reitor associado para assuntos Internacionais e Atividades Acadêmicas no Escritório do presidente dos EUA. Depois de se aposentar em 2007, Marcum tornou-se ativo na Emeriti Association, servindo seu presidente em 2011 e 2012.

John Marcum começou a se envolver com a África subsaariana depois de receber uma bolsa de estudos Fulbright e estudar o envolvimento colonial francês na África Ocidental na Universidade de Paris, Institut d' Etudes Politiques (1952-1954). Mais tarde recebeu uma bolsa da Fundação Ford para continuar seus estudos e viajar em África. Aquele momento era o da política externa norte americana de John F. Kennedy na África subsaariana, que se pautava em base de apoio popular e tinha no ex-Congo belga, Zaire de 1971 a 1997 (atual República Democrática do Congo) uma das bases principais de suas atividades.

Ele foi parte de um pequeno e apaixonado grupo de ativistas, pesquisadores que ajudaram a dar forma e enredo as relações americanas com a África durante o colapso do colonialismo e do nascimento de África independente. Sua influência se estendia desde acadêmicos à responsáveis políticos nas capitais ocidentais, como também à líderes emergentes de movimentos nacionalistas pré-independência de África, tais como Patrice Lumumba, Eduardo Mondlane e Holden Roberto. Ele também estava profundamente envolvido nos esforços para acabar com a apartheid na África do Sul².

Ele se tornou um dos principais especialistas do mundo em Angola e Moçambique. Quando irrompeu a guerra em Angola em 1961, Marcum viajou junto com as linhas inimigas

²Universityof Califórnia Santa Cruz. Disponível em <http://news.ucsc.edu/2013/09/marcum.html>. Acesso em 25 de julho 2016.

no norte de Angola para entregar medicamentos aos moradores e soldados e escreveu sobre sua experiência, fazendo uma abordagem da política exterior dos acontecimentos. A sua obra é creditada como "a Bíblia" da revolução angolana. Segundo o *The New York Review of Books*, quando o primeiro volume "A revolução angolana: A anatomia de uma explosão (1950-1962)" foi publicado em 1969, imediatamente se tornou a principal fonte para qualquer um que tenta seriamente compreender o nacionalismo angolano, incluindo funcionários portugueses em Lisboa e revolucionários em Angola. Em 1978 publicou a continuação com o segundo volume "A revolução angolana: A anatomia de uma explosão 1962 -1976". No momento da sua morte, ele estava completando as revisões finais em uma história da revolução moçambicana, baseada em uma coleção de documentos originais e notas de entrevista que datam do final dos anos 1950.

Importante ressaltar que embora o John Marcum tenha embarcado em Angola como agente da Cruz Vermelha, sob tutela do regime colonizador português pôde escrever o momento dos primeiros anos de luta anticolonial, que ele chamou de explosão. Não cabe imaginá-lo como agente da CIA infiltrado, mas sim como um estudioso das independências Africanas, apesar de saber-se que houveram vários agentes da CIA em missão a Angola e RDC naquele momento.

Toda documentação por ele encontrada fora disponibilizada por algumas organizações tais como The American Committee on África, África Report, Boston University, Columbia University, Harvard University, Hoover Institution, Stanford University, Institut d'Études Politiques, Université de Paris, Library of Congress, Massachusetts Institute of Technology, University of California at Los Angeles. Além de manter contato com outros inúmeros pesquisadores comprometidos com a causa das independências, tais como: Ronald James Duffy, Douglas Wheeler, Bishop Ralph Dodge, Revs. David, James Grenfell, Malcolm McVeigh, Murray McInnes, Theodore Tucker, Dr. Ian Gilchrist, Messrs. George Houser, Frank Monteiro e William Scheinman, que estavam no calor da euforia nacionalista e deixavam-no ter acesso aos documentos produzidos.

Antes de nos debruçarmos sobre o tema é de extrema importância fazer uma leitura do que fora um dos elementos internacionais primordiais que provocara a emancipação africana. Quando recortamos especificamente a ação da UPA no norte de Angola nos primeiros anos de luta anticolonial, é evidente que o movimento Pan-africanista tinha um destaque, enquanto diretrizes a serem seguidas ou contrariadas pelos líderes nacionais.

Inicialmente, a ideologia reformista e protestante, oriunda de habitantes na América, em favor das populações de origem africana, com o caminhar do século XX fizeram do pan-

africanismo uma ideologia nacionalista, orientada para libertação do continente africano. Pós conferência de Londres (1945) diversos delegados, como Kwane Nkruma da Costa do (atual Gana) ou Jomo Kenyatta do Quênia partiram rumo suas terras de origem, onde começaram a conduzir seus povos a independência. Partindo desta linha teórica todos os movimentos nacionalistas inscreveram-se em seus estatutos disposições inspiradas pelo pan-africanismo.

O pan-africanismo nasceu no novo mundo no século XIX em favor de maneira geral da luta dos negros pela libertação, contra a dominação e a exploração dos brancos. Os primeiros discursos evocavam a defesa dos direitos civis dos africanos e vinham dos negros americanos, pois eles próprios consideravam que nessa época não havia condições para que os africanos pudessem expressar e contestar contra a dominação efetiva do continente, que se justificava pela missão civilizatória. Olhavam especificamente para cada injustiça sofrida dos africanos em seu próprio continente. Neste contexto, o movimento pan-africanista foi ganhando força no continente negro, principalmente entre os africanos que se escolarizaram nas metrópoles, mas também junto aos africanos que viviam na diáspora. Imbuídos pelo espírito de libertação da África muitos dos africanos da diáspora possuíam livrarias e negócios e de certa forma ajudavam aqueles que chegavam e se juntavam ao grupo.

O sentimento de pertencimento e reconhecimento em si do direito de se autoproclamar africano mesmo estando e tendo nascido fora da África fazia com que as injustiças cometidas pela exploração do branco no continente verberassem em outros cantos do mundo. Surgiu a necessidade de haver um manifesto que pudesse desestabilizar em grandes proporções as regras coloniais impostas ao continente, como também incentivar o ajuntamento de africanos para uma autoproclamação da África liberta do jugo colonial.

Devido à degradação econômica, a falta de oportunidade para formação superior, fatores inerentes a colonização que os países africanos enfrentaram, obrigou muitos africanos a abandonar seus países e emigrarem para a Europa, América do Norte e para Ásia em busca de qualificação. Por isso, esses africanos puderam se articular mesmo estando no exterior em prol das independências de seus países.

Este movimento pan-africanista conheceu uma nítida subida em suas atividades na América e na Europa após a realização do congresso Pan-africanista de Nova York no ano de 1927. Nos anos 1930, o pan-africanismo reagiu vigorosamente quando a Itália invade a Etiópia (1935-1941), ao mesmo tempo que ocorria a ascensão do fascismo na Europa. Esta reação manifesta especialmente na Europa e na América, conduziu a um aprofundamento da doutrina pan-africanista e a uma ampliação das atividades do grupo, as quais se expressariam durante o congresso Pan-Africano de Manchester, em 1941. As decisões desse último

Congresso contribuíram para a derrubada do sistema colonial e para a conquista das independências nos anos 1950 e 1960. A agressão que a Etiópia sofrera colocou em evidência a dependência e fragilidade da África em relação à Europa. Assim com a hesitação e a ineficácia das ações das grandes potências quando isoladas ou sob a égide da sociedade das nações, os nacionalistas envolvidos nas discussões propunham ser os exemplos de respeito a liberdade e a justiça. O movimento ia ganhando personalidades das mais distintas partes do continente como Dr. Peter Millard da Guiana Britânica, seu compatriota Jomo Kenyatta e o antilhano George Padmore, que criara o Pan-African Company, responsável pela publicação mensal do Pan-África, distribuída, entre outros locais, na sua própria livraria The Economist. Esta mesma rede de empresas facilitou realizações de reuniões de nacionalistas negros, “entre elas a mais bem sucedida, ocorrida antes da Era das independências” (KIZERBO, 2010 p.901) foi realizada em Manchester em outubro de 1945. Essa ocorreu como resultado da criação no ano anterior 1944 da Federação Pan-Africanista, organizadora do memorável quinto Congresso Pan-Africano, que já agrupava George Padmore e Kwane Nkruma.

No Congresso de 1945, pela primeira vez durante toda a história do movimento Pan-africano, os representantes africanos eram os mais numerosos e os debates envolveram essencialmente a libertação da África colonizada. O Congresso fora realizado por um secretariado especial fundadores da Federação Pan-Africanista. O congresso agregou mais de duzentos delegados vindos em sua maioria, das colônias britânicas de África, entre os quais figuravam até àquela altura os futuros chefes de estado independentes. No que concerne as deliberações desse congresso, elas estavam marcadas por um tom mais pugnaz e radical, comparativamente aos congressos precedentes. As declarações dirigidas as potências coloniais exigiam, especialmente a emancipação das colônias africanas e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais, submetidos à dominação das potências europeias, as quais exerciam sobre eles um poder soberano ou um direito de tutela. Faziam também parte das deliberações a revogação imediata de todas as leis raciais e outras discriminatórias, a liberdade de expressão, consequentemente de imprensa e de associação, assim como a abolição do trabalho forçado, a igualdade de salários, o direito ao voto, o acesso de todos os cidadãos a assistência médica e a segurança social no tocante a educação.

Uma das resoluções de maior relevância foi que pela primeira vez os africanos advertiram formalmente as potências europeias para o fato de que eles também recorreriam da força para se libertarem, caso eles persistissem em querer governar África. Simultaneamente em uma declaração das metrópoles dirigida ao povo africano, os representantes enfatizaram o fato da luta pela independência política ser somente a primeira etapa e o meio para se atingir a

completa emancipação nas esferas econômica, cultural e psicológica. Os pan-africanistas, também líderes nacionais em seus países de origem, instigavam a população das cidades e dos campos africanos, os intelectuais e os profissionais liberais a se unirem, organizarem-se e lutarem até a absoluta independência. Em suma o quinto congresso transformara o pan-africanismo em uma ideologia de massas elaborada pelos africanos a seu próprio favor.

Segundo Mazirui (2010, p.900), a história do pan-africanismo como movimento de libertação foi escrita no período entre 1950-1965. Essa época foi dominada pela figura de Nwame Nkruma, por meio de suas declarações, de sua ação e do seu exemplo, mobilizou em favor da causa pan-africanista os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos estados independentes. Segundo Nkruma, como declarara na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência do Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano. Igualmente organizou sem delongas vários congressos pan-africanos onde, segundo o Nkruma, estes encontros foram inaugurados pela primeira conferência dos estados africanos independentes em abril de 1995, na capital Accra, sede da Gana independente. Neste primeiro encontro participaram um grande número de delegados vindos de diversas partes do continente africano.

Partindo deste princípio a ordem do dia pautava-se nas resoluções da conferência de Accra, onde abordaram essencialmente as relações entre os países africanos independentes, o apoio aos movimentos de libertação em toda África, as relações entre a África independente e as Nações Unidas e os meios possíveis para proteger a África das fissuras provocadas pela Guerra Fria de leste a oeste.

Esta conferência identificou o principal tema que o pan-africanismo deveria desenvolver na era da independência e lançou as bases para a Organização da Unidade Africana (OUA), fundada em 25 de maio de 1963. Durante este período Nkruma e os seus compatriotas, partidários do pan-africanismo reuniram-se em conferências nas quais os dirigentes dos estados independentes e dos movimentos de libertação puderam trocar ideias e discutir estratégias a serem adotadas e postas em prática em prol da luta pela independência. Os delegados discutiam especialmente as fronteiras coloniais, as organizações regionais, assim como o papel dos chefes tradicionais e dos chefes dos movimentos religiosos separatistas. Fato de maior relevância, homens políticos e sindicalistas africanos vindos de estados ou de colônias de língua francesa, inglesa, árabe ou portuguesa puderam nesta ocasião fortalecer, as relações ideológicas e pessoais dentre as quais pode-se ressaltar a de Nkruma e Patrice Lumumba, então delegado pelo Congo Belga ou Congo Leopoldville e deles com Holden Roberto, líder da UPNA/UPA.

Nesse momento o último, aproveitaria a oportunidade como um meio de fazer contatos com os EUA, através de Nkruma e Lumumba que já tinha esses contatos. A UPNA/UPA em Leopoldville, capital da RDC, estabeleceu uma zona de entrosamento e aliados. Considerou-se o fato de que quando o Congo conquistasse a independência (30 de junho 1960) um dos primeiros países vizinhos a ser beneficiado seria Angola, via Holden Roberto. Lumumba se tornou uma peça importante para que a UPNA/UPA obtivesse sucesso devido, numa primeira fase, favorecer os interesses Norte Americano. Observamos que os sucessos das Conferências Pan-africanistas, em especial da de Accra foi fortalecer as relações de Holden Roberto e Patrice Lumumba, antes do assassinato de Lumumba e golpe de estado de Mobutu.

A conferência de Acra (1958) significou um momento de aproximação das elites africanas no que toca as estratégias para se livrar do processo de dominação colonial. Os ideais pan-africanistas convergiam no entrosamento único de um período de luta que começaria a ser desencadeado por autores ligados as frentes de libertação africana que atuavam dentro e fora de vários territórios nacionais africanos e procuravam o fim da alienação imperial.

De uma forma geral, o pan-africanismo trouxe a ideia de um território pertencente ao povo africano e por isso deveriam defender seus direitos através de ajuda de outras ex-colônias já libertadas da opressão em prol uma autogestão econômica, social e cultural como base de uma África livre. Segundo Yves Benoit (1969, p. 174) uma vez tornados independentes o Gana e a Guiné Conacri, portanto em finais de 1958, a questão da independência passa a pôr-se noutros termos. Os povos africanos encontraram-se em condições de conquistar a independência e de o fazer até por vias relativamente pacíficas. Assim, a problemática da organização do Estado Nação e da ação anticolonial passam para o primeiro plano do debate internacional.

O encontro de Acra foi decisivo também para formação política de Lumumba e assim contribuiu para acelerar o ritmo dos acontecimentos no Congo e de formação nacional partidária em Angola. O problema de assegurar os meios, para lá do momento de ruptura, para o desenvolvimento do país, aos olhos de Lumumba, teve uma resposta imediata da conferência de Accra. Embora reduzida, para Lumumba, existia já uma África independente e a sua solidariedade solenemente jurada, possibilitaria a independência imediata do Congo e países vizinhos e asseguraria a construção desses Estado-nações.

Por outro lado, para além dos Estados já independentes, que funcionava como construtores de opinião pública principalmente nos países ainda dependentes, os sindicatos, os partidos e os movimentos (representados em Accra) tinham a convicção de que a nova África

poderia apoiar-se em um Congo independente e central geograficamente. Lumumba e outros membros da conferência de Accra entendiam, pelo simples fato da posição geográfica, o Congo representava uma questão decisiva. O país, verdadeiramente independente, poderia auxiliar os nacionalistas africanos de África do Sul, Angola, das Rodésias e de Moçambique. Lumumba via a independência de seu país como uma estratégia continental e contava com o apoio da África nacionalista que nesta data se encontrava em fase ascendente (BENOIT, 1969, p.175).

As ideias dos primeiros teóricos das independências que influenciaram o despertar da consciência revolucionária anticolonial em Angola dialogaram com duas correntes mundialmente conhecidas, uma numa linha mais literária e política, outra numa linha mais econômica e política, respectivamente, negritude³ e pan-africanismo. Ambas apareceram com objetivo de reabilitar a identidade negro-Africana, para recuperação de uma personalidade considerada destruída, inferiorizada e desprestigiada que era, na expressão de Kwane Nkruma “a personalidade africana”.

No contexto lusófono, é o protonacionalismo descrito por Mario Pinto de Andrade no início do século XX que será gerador do nascimento anticolonial dos anos 1950 em Angola (ANDRADE, 1997). Constitui assim o primeiro momento de uma concepção intelectual sistematizadora da futura ideia de libertação nacional. Ideias essas que procuravam alicerçar-se no fenômeno do nativismo tido como “segmento intelectual dos filhos da terra” (CAPOCO, 2000, p.3), notoriamente em Angola e Cabo Verde. Expressavam o sentimento coletivo de ser portador de valores próprios, o referente de identificação e confluência das suas aspirações a uma autonomia e a uma futura independência. As ideias nascentes não tardariam em formar uma ideia nacionalista profundamente enraizada na própria consciência construtivista da independência que, entretanto, no quadro da situação real vigente, não passava de uma “utopia”, como bem relata Pepeta, na obra a Geração da Utopia. Neste contexto, o despertar do nacionalismo chegou em Angola com estas influências político-culturais quer do ocidente europeu, quer do sentimento afro-americano. (CAPOCO, 2000. p. 3)

O nacionalismo angolano e suas transformações no tempo e na história do século XX foi expressão de um sentimento de repúdio contra dominação colonial portuguesa. Procurando reforçar a ideia da existência de uma cultura própria com um processo histórico político popular particular em Angola, a luta anticolonial tinha que fundamentar a formação dos

³ A negritude foi um movimento do século XX que buscava a valorização do negro e cultura africana e atribuía a si valores culturais, econômicos, intelectuais, políticos, artísticos e sociais, via uma corrente literária que agregava diversos escritores africanos e da Diáspora que se expressava na defesa de estigmas do colonialismo.

primeiros movimentos contra o domínio externo. Assim, o fortalecimento das elites intelectuais, a imigração de Angolanos para países vizinhos e a comunicação com as massas populares, via panfletos, programas radiofônicos, jornais que circulavam em Angola, emitidas a partir do ex-Congo belga, passaram a ser um dos caminhos de trilhados para a emancipação de Angola.

Após a 2ª Guerra Mundial, a circulação da ideologia socialista na África existiu em grande escala. E conseqüentemente, os partidos comunistas europeus se aproximaram dos movimentos de independência das colônias africanas. As influências das teorias socialistas ou capitalistas ficaram evidentes, mas a divisão política pelos blocos de forma mais sistemática só ocorreu por volta dos anos 70 do século XX.

Nas décadas de 50 e 60, o alinhamento dos novos Estados Nação africanos não era manifesto. No caso da URSS, ela não se sentia segura com seus agentes africanos, porque desconfiava, e de certa forma tinha razão, de que a questão da dignidade negra para eles era mais urgente que a questão proletária e dos movimentos socialistas no mundo. A importância para esses últimos da autogestão passava pela questão da valorização do homem negro, do fim da tutela racial. Para URSS, o racismo era um problema a ser resolvido pós-revolução. A prioridade dada pelos africanos para os movimentos antirraciais era um fator desanimador para a URSS, que não se garantia na África, e acabava não vendo com bons olhos uma investida no continente logo após a 2ª Guerra Mundial (GABARRA, 2013. p.2). A terceira internacionalização esclareceu as diferentes motivações dos africanos em se aliarem ao bloco socialista. Apesar das inúmeras afinidades com a questão social, o racismo dava cor à luta de classes. Quer dizer a opressão do mais forte sob o mais fraco inegavelmente fazia dos africanos alvos prósperos para difusão e cooptação como membros para revolução proletária. No entanto, o colonialismo para os socialistas leninistas era apenas um epifenômeno que acabaria junto com o fim do capitalismo, mas os africanos estavam impacientes pelo fim da dominação europeia e colocavam seus objetivos na frente do próprio movimento revolucionário. Stalin preferiu de certa maneira não desencadear a luta na África, mas utilizar-se de muitos africanos para ocupar quadros na União Soviética, principalmente na China, como foi o caso de George Padmore ou Marx Yergan. Segundo Agostinho Neto, a Guerra Fria estava implícita a conquista de áreas geograficamente estratégicas, externas aos blocos, sendo Cuba o primeiro exemplo da confrontação direta entre os EUA e a URSS em 1962. Ou seja, no caso de Cuba podia-se ver a doutrina Truman sendo transportada para outros espaços. Concomitantemente os povos africanos e asiáticos adquiriram consciência da sua posição colonial e desse modo, organizaram-se em diversos grupos ou movimentos

anticolonialistas de caráter universal. A URSS percebeu essa situação e concedeu seu apoio a alguns núcleos, originando diversas contestações, sobretudo nos países africanos.

Depois da independência da Indonésia, houve a Conferência de Bandung em 1955 e os países membros declararam o não alinhamento. No contexto pós 2ª Guerra Mundial, o fortalecimento das potências URSS e EUA/Europa, fez com que muitos países (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmania, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, Líbia, Libéria, Egito e Etiópia) se colocassem contra a colonização e a neocolonização por parte dos dois blocos. Formulou-se a ideia de que o mundo estava dividido em países ricos ao norte e países pobres ao sul, surgiu o conceito terceiro mundista que apesar dos países do Norte quererem cooptar para suas ideologias os países do sul, esses ficariam a parte desse alinhamento. Isso foi importante para o fortalecimento dos movimentos de independência.

De modo geral, a conferência de Bandung representou o despontar de uma autêntica ideologia, nacionalista (afro-asiática) e anti-colonialista, pela recusa a lógica dos dois blocos antagônicos que a todo custo procuravam novas alianças e, sobretudo, procuravam anular o neutralismo dos países emergentes, alicerçados nos princípios da boa vizinhança, da cooperação amigável, do respeito pela integridade territorial e da soberania política, da não agressão, da não ingerência nos assuntos internos, da igualdade, da coexistência pacífica, do respeito aos direitos humanos – fundamentais ao reconhecimento da igualdade das raças, do respeito pela carta da ONU, da justiça e das obrigações internacionais (AGOSTINHO, 2014, p. 60).

Os princípios do neutralismo amplamente difundidos no continente africano após a conferência de Cairo, tempo depois da de Bandung, promoveram a movimentação de forças revolucionárias, contra os poderes coloniais, possibilitando aos movimentos de libertação, a assinatura de um acordo que dispensava “o princípio nacionalista”. Assim os movimentos afro-asiáticos desenvolviam as suas atividades tendo por referência o princípio da definição política dos territórios, pretendendo a libertação imediata dos povos oprimidos que se encontravam sob tutela das colônias europeias.

De qualquer forma, mesmo que frágil, antes dos anos 70, a representação da bipolaridade do mundo na África era possível de ser identificada. Naquele primeiro período de Guerra Fria, as intervenções socialistas e capitalistas foram mais ostensivas na Ásia do que na África. Alguns territórios eram mais vulneráveis por inúmeros fatores geo-históricos próprios das regiões. Apesar do terreno escorregadio para os EUA e da falta de interesse da URSS foi possível verificar o congelamento das posições de domínio das duas potências em

regiões específicas, como Angola, Moçambique, África do Sul, Etiópia, Somália. Nessas regiões, Chifre da África e da África Austral, o quadro político de não alinhamento era frágil e se modifica, verificando um forte alinhamento a partir dos anos 1970.

A África Austral estava exposta às rajadas de ira das duas potências por motivos específicos. Por exemplo, a especificidade histórica da África do Sul, que nesse momento já havia consolidado as bases do apartheid⁴ e procurava desenvolver a indústria incipiente, com uma política de certa forma independente da Inglaterra, possibilitou o forte apoio financeiro e bélico dos EUA. O Apartheid era criticado a nível mundial, com as independências de Angola e Moçambique e, conseqüentemente, com a perda da proteção dos portugueses, a África do Sul ficou com certo receio diante dos movimentos antirraciais. Mas, através da ocupação da Namíbia e graças ao apoio da Rodésia (atual Zâmbia), a África do Sul conseguiu manter sua política de segregação racial e servir de intermediária para os EUA na Guerra Fria na África Austral. Ainda durante as guerras civis nas ex-colônias portuguesas, consegue apoio da Europa e de Israel contra o comunismo.

As filiações internacionais comportavam subgrupos regionais na África e sob o pano de fundo do Pan-africanismo, surgem os grupos de Monrovia, na Libéria e Casablanca, no Marrocos, que iram agregar movimentos nacionalistas africanos representados nos blocos. O Movimento Popular pela Libertação de Angola – MPLA – apoiava-se no grupo de Casablanca, onde se destacavam Ghana, Mali, Guiné-Conacri, República Árabe Unida (Egito) e Marrocos. Este grupo defendia a ideia de se avançar para uma unidade africana, política e econômica. Essa perspectiva era vista pelos demais países africanos como mais do que uma possibilidade de intervenção, mas uma estratégia de extinção da influência dos Estados Unidos (BITTENCOUR., 2008, p. 144).

Em Moçambique a URSS estava bastante confortável, já que as idéias da Frente Nacional de Libertação de Moçambique – FRELIMO – estavam em concordância com o marxismo-leninista. Foi a África do Sul que dois anos após a independência de Moçambique apoiou o Movimento de Resistência Nacional Moçambicano – RENAMO, liderado por Afonso Dhlakama, contra o marxismo da FRELIMO, gerando uma guerra civil.

Já em Angola existia as duas posições internamente bastante definidas. O MPLA diferente da FRELIMO não dava tanta confiança a URSS, mas de qualquer forma, recebia seu apoio. Os movimentos opositores ao MPLA, a União para Independência Total de Angola –

⁴ Desde 1913 com a formulação das reservas indígenas “Native Land Act” e a sua codificação em 1948 com a tomada de poder do partido nacionalista.

UNITA e também a Frente Nacional de Libertação de Angola – UPA/FNLA, tinham ajuda dos EUA, através da África do Sul e do Zaire. As disputas entre os blocos foi marcado por apenas dois dos movimentos: MPLA e UNITA; a FNLA perdeu apoio logo nos primeiros anos da guerra civil e parte de seus membros se associaram a UNITA. É interessante apontar que Angola diferente da maioria dos países africanos no momento de libertação não tinha apenas um partido configurado para assumir a auto-determinação tinha três (WHELLER, 2009). Diz John Marcum em entrevista a Pedro Cadosom, publicada após sua morte que os movimentos de libertação de Angola: MPLA e UNITA na altura foram “em certa parte [...] vítimas da Guerra Fria” (CARDOSO, 2008).

Na verdade, embora as influências que os movimentos tenham tido da ideologia pan-africanistas, fica evidente, que os dois blocos hegemônicos interviram de forma direta a causar uma divisão entre os movimentos mesmo no âmbito do pan-africanismo. Assim, no auge das lutas pela independência, os movimentos de libertação procuraram apoios externos; o que mais tarde, após conquistada a independência, causou a continuidade da disputa dos dois blocos, em terras africanas pelo domínio global. Razão pela qual Angola ficou a depender das duas potências para poder se estabelecer como nação.

3 CAPÍTULO II – “A ANATOMIA DE UMA EXPLOSÃO”: UPA E SUAS ALIANÇAS.

A União da População do Norte de Angola – UPNA teve forte atuação fora de Angola, em Leopoldville por causa das relações entre Patrice Lumumba (presidente do partido Movemet National du Congo – MNC e primeiro ministro da República Democrática do Congo a partir de 1960) e Holden Roberto (presidente da UPNA). Assim, muito do foco do primeiro volume da obra de John Marcum trata do aparecimento da UPNA, como uma organização anticolonial que atuava em Leopoldville.

Os princípios norteadores da UPNA, para John Marcum, se embasam na tentativa de uma reorganização do reino do Kongo⁵ que tinha diluído frente às adversidades travadas durante o reinado de Dom Pedro VIII, que morreu em 17 de mês de 1955 (MARCUM,1969, p 56). Assim, surge inicialmente um grupo denominado de Matadi. O grupo pretendeu fazer oposição real a soberania do reino do Kongo, onde haviam elementos modernistas de cunho conformista em relação a administração colonial, introduzidos pelo falecido rei. Devido ao comportamento acordado de Dom Pedro VIII com a administração colonial, o grupo de Matadi aproveitou sua morte para exortar a escolha de um sucessor mais forte, um homem educado que pudesse representar melhor os interesses africanos diante da administração colonial. Nos esforços para reavivar a autoridade da coroa do Kongo, fora preciso criar um instrumento político que pudesse trabalhar e propor reformas de calibre econômico e social, este encabeçado por um grupo de bakongos monarquistas residentes então Congo Belga. Este grupo era liderado por um agregado multicultural de protestantes (bakongos portugueses e franceses). José Eduardo Pinock que nacera em 28 de março de 1905 em São Salvador e estudou na Sociedade Missionária Batista – BMS School no congo Belga por muitos anos,

⁵ A grafia do reino do Kongo com K é utilizada para marcar a história, pertença e o vínculo dos bakongo desde a era moderna até hoje. Essa grafia é um padrão estabelecido principalmente pela literatura inglesa e francesa atual sobre o tema. O reino do Kongo compreendia uma região localizada no sudoeste de África, território correspondente hoje a parte norte de Angola, incluindo Cabinda, a República do Congo, a parte ocidental a República Democrática do Congo e a parte centro-sul do Gabão sendo a capital M'banza Congo, que se tornou desde os últimos séculos do tráfico negreiro a cidade de São Salvador. O antigo reino do Kongo se constituiu no século XIV e teve seu apogeu no século XV, partir da Guerra de Ambuila em 1665, começa um processo de fragmentação e declínio, a medida que suas províncias e reinos vassalos como Ndongo e Soyo ganha envergadura no comercio Atlântico, fazendo concorrência ao próprio reino do Congo. Ver mais em: Jan Vansina em « Le régime foncier dans la société Kuba », *Zaire Revue Congolaise*, n.V. (1965): 899-926. E *The Tio Kingdom of Middle Congo 1880-1892*, London/NewYork: Internacional African Institute/Oxford University Press, 1973. Mesmo assim, o reino permaneceu como uma força política nessa região, em todos as ex-colônias (portuguesa e francesa) e recém países independentes.

tinha realizado algo extraordinário como africano sendo chefe de um posto da estação do caminho de ferro do porto congolês, em Matadi.

José Eduardo Pinnock lançou Francisco Borralho Lulendo como candidato ao reinado e à liderança protestante já no enterro do falecido rei. Ele era muito respeitado por Manuel Kiditu, legítimo sucessor do reino do Kongo e que inicialmente parecia aprová-lo para essa posição. Em oposição, a mando de Manuel Martins e estimulado por um clero católico surge o nome de José da Gama. Da Gama foi eleito por uma assembleia de anciões do clã real do Kivuzi, guiado por autoridades portuguesas, entre eles Manuel Martins e um padre influente Pai Joaquim de Fellette – que trabalhava na missão católica de São Salvador (MARCUM, 1969, p.57).

Barros Necaca, nascido em São Salvador era um aliado de Eduardo Pinnock que efetuou seus estudos na mesma escola de Pinnock, a Baptist Missionary School. No intuito de se tornar técnico em medicina e mais tarde aperfeiçoar suas habilidades decidiu participar de um programa de treinamento em Lisboa por conta própria. Foi para Leopoldville em março de 1942, a conhecimento de portugueses e ingleses, que o ajudaram na obtenção de um trabalho no clube de futebol português no Congo, Nogueira Company. Para redobrar os esforços que Necaca preconizava em 1949 para o reino do Kongo, Necaca e seu sobrinho mais novo Holden Roberto sondaram quais eram as expectativas dos bakongo diante a sucessão do rei do Kongo, dos dois lados da fronteira (Angola e Congo-Belga) e falaram perante seus compatriotas em Leopoldville (onde ainda era proibido organização política). A ilegalidade associativa do Congo Belga dificultava angariar membros para lutar contra os fatos horríveis da colonização e os efeitos na deteriorização do reino do Kongo.

No mesmo ano, ambos líderes Eduardo Pinnock e Barros Necaca fizeram contatos com o consulado Norte Americano, localizado em Leopoldville. Apesar de serem bem recebidos, se mantiveram desencorajados no tocante a expectativas que os mesmos tinham imprimido em petições enviadas as Nações Unidas para libertar o povo Kongo de Angola e do Congo. Estavam encorajados por outro lado em acreditar que pudessem produzir uma eventual independência dos portugueses sobre o trono do Kongo e que dessa estratégia pudessem ganhar suporte internacional para restauração a soberania dos bakongos.

Seu apelo era que “O povo do Reino do Kongo insistentemente buscava ser colocado sob a autoridade das Nações Unidas na forma de um administração dos Estados Unidos da América” (MARCUM, 1969, p. 58). Entende-se como naquele momento existia um papel preponderante desempenhado pelas Nações Unidas da América sobre a cena internacional.

Quando em 1955 Portugal finalmente foi admitido nas Nações Unidas, existia uma petição do líderes angolanos que depositavam na ONU a sua salvação. Acreditavam que “Se Deus deu aquelas pessoas poder, riqueza e inteligência era para o bem da humanidade” (MARCUM, 1969, p.62). Especificamente os peticionários representados por Borralho, Necaca e Pinock pediram que os Estados Unidos enviassem uma “missão de inquérito” para investigar as condições de exploração dentro no Kongo português, justificada pela penetração de elementos comunista. Esse fato mostra a intervenção dos EUA na cena das independências africanas.

Os esforços feitos pelo grupo de Matadi possibilitou a entronização de um rei forte, mas terminou em fracasso. No entanto aqueles bakongo de Leopoldville, como Necaca e Roberto, que nunca tinham acreditado na possibilidade de recapturar o trono, agora tinha arguido novas iniciativas de nível internacional.

Os bakongos católicos, protegidos e apoiados pelas autoridades portuguesas, defendiam que o futuro rei deveria ter orientação religiosa católica, ao contrário dos bakongos protestantes que consideravam importante que fosse protestante, instruído e impregnado de princípios modernos. Insatisfeitos, estes últimos estabeleceram diversos contatos que se revelariam vitais para orientação das atividades da UPA, tanto no interior como no exterior do território angolano. Entre eles, fizeram contato com o mais alto representante do governo norte-americano e com missionários protestantes George M. Houser, personalidade destacada na mais importante organização anticolonialista americana American Committee on Africa – ACA – que em 1955 se encontrava de passagem por Leopoldville.

Deste modo, pretendiam a restauração do reino com ajuda e proteção dos EUA, via a Organização das Nações Unidas (PELLISSIER, 1978, pp.268-269). Durante o período de formação como movimento nacionalista, a UPNA/UPA foi apoiada por fundos provenientes da região de São Salvador e do Congo belga (especificamente Leopoldville e Matadi), do mesmo modo que contou com a ajuda financeira da organização norte americana (ACA) e das missões protestantes (Batista e Metodista). O auxílio desses no interior de Angola fez com o movimento ganhasse certo protagonismo a nível internacional principalmente em 1960, logo depois da independência do Congo. Foi graças ao seu dirigente mais influente Holden Roberto, que se servindo das suas relações privilegiadas com Patrice Lumumba, obteve a legalização do movimento, instalando-o em Leopoldville. A relação cordial que a UPA mantinha com o primeiro ministro congolês, entre outros, deram a este movimento apoio financeiro, diversos meios de propaganda e a possibilidade de controlar imigrantes angolanos no Congo (AGOSTINHO, 2014, p 103).

Numa primeira fase, os militantes da UPNA que fora dirigida por Barros Necaca participaram na Alliance des Bakongo – ABAKO pelo resurgimento do reino do Kongo, embora gradualmente tenham desvinculado desse movimento político congolês (PELISSIER, 1978 p.266). Motivados pela ACA e pelos seus mentores protestantes, as aspirações da UPNA alargaram-se no decorrer de 1958, quando participaram da I Conferência Pan Africana no Gana, representados por Holden Roberto (KI-ZERBO, 1978, p 471).

Assim se deu uma aproximação das diretivas emancipatórias do grupo de Leopoldville e dos Estados Unidos. Em 1956 Necaca, Pinock e Roberto entre outros, enviaram uma carta ao departamento oficial do Estado Americano convidando para visitar Leopoldville e que dessa visita residiria em um primeiro contato histórico, observando que legalmente o denominado Congo Português constitui-se a partir da colonização de um território a parte do resto de Angola, que era o antigo reino do Kongo e que fora dividido e repartido de forma injusta em 1884.

Em julho de 1956 durante um encontro do grupo de Leopoldville, de influência protestante metodista e batista e de Matadi, mais uma vez em Leopoldville, propuseram a criação de uma organização formal UPNA, nomeando Barros Necaca do Grupo de Leopoldville como presidente e Boralho Lulendo do grupo de Matadi como secretário com perspectiva apenas de interesses econômicos regionais, já com uma quantidade estimada de militantes. Mas esses líderes, ao invés de iniciar uma nova luta a favor do reinado, reconheceram que as políticas nesse sentido até então não surtiam efeito algum. Em novembro de 1957 reuniram-se os líderes dos dois grupos e concluíram que os próximos passos seriam enviar um representante para os Estados Unidos, mais precisamente para as reuniões das Nações Unidas no sentido de denunciar a ocupação do Kongo pelos portugueses e conseqüentemente a sua independência ou pelo menos a sua autonomia.

Portanto a UPNA foi criada por estes dois grupos que entenderam a necessidade de libertar a população do norte de Angola colônia portuguesa, nomeadamente o povo Kongo. A questão étnica irá começar a aparecer como problemática da própria organização, ser ou não em prol o povo Kongo de Angola, nas palavras de John Marcum “congoleses de Angola” ou ser em prol as várias etnias do norte de Angola, e ainda mais tarde, de Angola como um todo. De um movimento separatista passa-se para um movimento nacionalista, nota-se o pertencimento a um designado grupo étnico, mas também se verifica que para a luta era necessário obter contatos na colônia que não fossem bakongos, como também fora da colônia, que viriam a surtir efeitos significativos.

Nascido em 12 de janeiro de 1923 em São Salvador, antiga Mbanza Congo, Holden Roberto foi chamado após a realização do batismo de Carson Graham por missionários Batistas Britânicos. Filho de Garcia Roberto trabalhou na Sociedade Missionaria Batista – BMS de São Salvador. Segundo Marcum, Holden Roberto fora para o Congo Belga com sua tia e educado em Leopoldville, onde se graduou em uma missão protestante em 1940 da mesma sociedade. Então, em 1940, seu tio Necaca decide enviar Roberto seu irmão mais novo a missão protestante em São Salvador. Roberto tinha apenas regressado uma vez a Angola, quando deixou a cidade com dois anos, chega e fica apenas um ano em São Salvador, tempo suficiente para descobrir suas raízes e aperfeiçoar o seu português. De 1941 à 1948 Roberto volta para o Congo-Belga para trabalhar como contador na administração colonial. Roberto trabalhou em Leopoldville, Bucavu e Stanleyville onde pela primeira vez se encontra com Pratique Lumumba no círculo dos “evoluídos”⁶. Segundo John Marcum, “Em 1949, na sequência de um encontro com Dom Pedro VIII em São Salvador” que Necaca consegue um emprego no clube de futebol “Nogueira Company” para Roberto (MARCUM, 1969, p.60). A Company de futebol funcionava como local de agremiação política, onde Roberto atuou junto com seu tio no time, denominado Nomad. Assim, na RDC, ele faz parte do time oficial e viaja como membro do clube para Angola em 1951, liderado por um jovem atleta de nome Cyrille Adoula (futuro 1º Ministro da República Democrática do Congo de 1961 a 1964).

Durante os três dias de viagem a Angola, Roberto disse ter testemunhado a brutalidade da administração colonial praticada sobre um homem de idade já avançada pelo chefe do posto português, ficou chocado com a brutalidade do chefe do posto. Preocupado, enviou uma carta ao seu ex-mentor francês, professor Yves Couderc, que estava na missão protestante educadora em Leopoldville, pedindo para que enviasse a carta ao Secretário geral, Trygve Lie, das Nações Unidas. O conteúdo da carta falava das atrocidades praticadas por aquele chefe do posto, pedindo para que se tomassem medidas nesses territórios. A carta fora respondida por Wilfrid Benson diretor da divisão de informação dos territórios não autônomos – colonizados. A resposta foi simpática, mas versava no sentido de que os africanos deveriam contar principalmente com eles próprios para o fim dos maus tratos pelos chefes de postos, por isso deveriam estar aptos em responder questões de leis relacionadas com a libertação colonial. No mesmo período Holden Roberto participou de uma série de

⁶Evoluídos para os Belgas significava assimilados para os portugueses, cidadãos para os franceses e educados para os ingleses, eram categorias de discriminação entre os indígenas e os africanos que haviam aprendido a cultura ocidental, o que significava ler e escrever na língua da metrópole, serem monogâmicos e católicos, entre outros critérios específicos para cada colônia.

discussões sobre a condução política da emancipação da África, de forma secreta com um grupo de residentes belgas do círculo dos evoluídos.

A visita em Angola em 1951 foi breve e secreta, apenas dez dias, mas Roberto foi capaz de fazer os primeiros contatos políticos e encontrar-se com alguns falantes de língua kimbundo residentes nas regiões do Nambuangongo e Caxito. No mesmo ano, Barros Necaca aconselhou Roberto a sair da firma Nogueira e procurar um emprego mais discreto e seguro, pois Roberto se colocava diretamente vinculado aos movimentos políticos por emancipação. Então em 1958 foi eleito para sua primeira missão pelas independências africanas na República do Gana.

O Gana nessa época já era independente. Os Estados Unidos foi a primeira nação que reconheceu sua independência em 6 de março de 1957. Na mesma data, Gana, conhecida como a Costa do Ouro proclamou sua independência do Império Britânico. As relações diplomáticas entre EUA e Gana foram estabelecidas na pessoa do consul geral Donald W.Lamm, que ocupou a embaixada norte-americana na nova república.

Em Agosto de 1958 por algumas complicações de saúde Roberto visitou o hospital do Kimpese próximo de Thysville (hoje Mbanza Ngungu) e retorna a Leopoldville com um relatório médico, aconselhando-o a recorrer a uma operação cirúrgica no Hospital da França, situado em Brazzaville para onde seguiu. Desde o banimento belga dos passaportes africanos, atravessar a fronteira do Congo Belga com os países africanos se configuravam como atividades de cunho político. Mesmo com os contratemplos, Holden Roberto atravessou a fronteira Belga com a França pelo rio Congo, armado com apenas uma *carte de séjour* dos congoleses franceses e um certificado de vacinação. Após contactar amigos, que o aconselharam que seria possível obter um passaporte nos Camarões, Roberto em 12 de setembro de 1958 chega a Ponte Negra, onde gerência e persuadi colegas de um time de futebol, onde seu sobrinho jogava, para ajudar a embarcar nas linhas francesas do general Mangin em rota para Douala. A proposta é aceita, Roberto fez contactos sugeridos por seus amigos de Brazzaville, mas seu passaporte não fora liberado.

A outra opção foi ser guiado por dois jovens camaroneses, antigos militares franceses, que desenvolviam operações a favor das dez forças insurgentes ativas *nyobe's* União das Populações Camaronesas – UPC, assim atravessa a fronteira para Kumba. No território camaronês britânico viajou de carona e de ônibus para Lagos na Nigéria, onde foi acolhido pela alta comissão Ganesa. Para que Roberto pudesse ser assegurado legalmente na entrada do Gana. Assim, ele necessitava de uma autorização de George Padmore, que estava viajando no exterior. Roberto usou seus fundos de viagem na taxa de três libras por dia no Palm Tree

Hotel a caminho de Apapa, esperando por um sinal de Accra. Foi salvo por um velho amigo de sua mãe, Senhor Caetano, que lhe emprestou dinheiro e deu-lhe abrigo. O Sr. Caetano havia vivido muito tempo em Leopoldville. Roberto conseguiu embarcar na companhia Mimosa e chegou a tempo hábil para conferência de Accra.

Em final de outubro de 1958 George Houser recebeu uma carta vinda de Accra, datada da 18ª conferência, assinada por Holden Roberto, sendo o destinatário a sua mãe, Haldane Roberto. Nela ele explicava que encontrou George Padmore, Kwane Nkruma e Sekou Touré da Guiné independente, e após esse encontro, entendeu que em acordo com os anfitriões e predito por Barros Necaca, a ideia da ressurreição do antigo reino do Kongo era evocada e trazia pouco entusiasmo. A ideia foi criticada como um “anacronismo tribal” dada a atitude do nacionalismo dos líderes do ocidente africano. Incentivado a presidir a sua própria organização, Holden Roberto decidiu contar com os esforços humanos para obter o apoio material, moral, ao aceitar uma moderna e inclusiva plataforma política. Na época da Conferência, Roberto fez circular um manifesto em nome da União das Populações de Angola – UPA, proclamando a libertação de toda Angola. O estatuto remodelado do partido objetivava uma formação política para todos africanos originários de Angola, sem discriminação de sexo, idade, origem étnica ou domicílio com intuito de instalar um regime democrático para camponeses e trabalhadores por uma Angola independente.

Roberto fez contatos durante a Conferência em particular com jovens nacionalistas, tais como Patrice Lumumba, Kenneth Kaunda, Taieb Slim, Tom Mboya, e Frantz Fanon. Até aquele momento Roberto rejeitava a proposta feita pelo marxista senegalês Majhemout Diop que sugeriu que trouxessem estudantes comunistas portugueses e também da França para Angola a fim de estabelecer secretas cooperações políticas com a UPA.

No Gana seus colegas tinham muitas informações que poderiam enviar de Leopoldville incluindo alguns documentos sobre as atrocidades da colonização em Angola, contrabandeados de Luanda. Notícias sobre a violação de Angola, durante a Conferência, se tornaram tema dos jornais de Gana. Entre elas estava uma série de artigos assinados por Rui Ventura. Estes artigos de forma enfática descreviam as condições de escravidão massiva em Angola e falavam também da resistência ao regime colonial, sem, contudo, fazer menção a UPA. Os artigos estavam inuidos de mensagens exuberantes do espírito pan-africanista de Accra em 1958-59 “os povos africanos ainda não convidaram nação alguma, ou nenhum governo para ir civilizar eles” (MARCUM, 1969, p.68). Os artigos falavam da falta de importância que a arena internacional estava dando para o que estava acontecendo em África.

Enquanto o sangue africano estava sendo derramado nos seus próprios solos, as terras permaneciam, de forma arbitrária, divididas por imperialistas.

Holden Roberto ficou em Acra após a Conferência e trabalhou como interprete no bureau do Gana para os assuntos estrangeiros, protegido por George Padmore. Nesse meio, Roberto se torna, amigo íntimo de Frantz Fanon (um filósofo psiquiatra da martinica, atuante na revolução argeliana que dizia ser do lado de sua mãe descendente de escravizados angolanos). Roberto começou a considerar de forma séria a necessidade de uma revolução em Angola. Para um primo em Leopoldville, escreveu a favor da necessidade de introduzir braços armados em Angola: o governo do Gana estava fazendo um estudo liderado por Fanon que dizia “que sem derramamento de sangue a libertação não seria possível” (MARCUM, 1969, p.68). No entanto, primeiro era necessário ver que resultado se poderia obter via as Nações Unidas. Mas, a partir deste momento, Roberto foi intimamente influenciado por aqueles pan-africanistas que acreditavam na libertação através da luta violenta e da união entre os povos do mesmo território colonizado (NKRUMA, 1957).

Em abril de 1959, Fanon escreveu uma carta para Leopoldville, onde propunha fazer uma viagem às Nações Unidas junto com uma delegação da Guiné e justificava, mantendo o pensamento otimista político, que se em Angola ou em Moçambique houvesse um levante, Portugal não teria suporte para controlar uma insurreição. Aproveitava para dizer que este sistema colonial era o mais retrógrado de todos.

Em meados de 1959, Roberto visitou Conacry obtendo um passaporte guineense e fez parte da Delegação Guineense na 40ª seção da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. Em 4 agosto, Roberto participou da conferência dos Ministros estrangeiros dos estados independentes de África em Monrovia, onde foi recebido pelo presidente liberiano Williams S. Tubman.

Em outubro viajou para Nova York para por o caso de Angola face a Organização Internacional – ONU. Continuando no incognito Roberto trabalhou de forma íntima com a missão guineense das Nações Unidas. Assim, no discurso proferido por Ismael Touré antes do 40º Comitê Organizador da 40ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas argumentara que os territórios africanos na mão de Portugal estavam claramente sendo mal governados e que Portugal deveria ser pressionado a responder as Nações Unidas. Pela primeira vez o assunto angolano foi debatido e entrou como causa nacionalista em Nova York. As demandas eram de certa forma modesta e os resultados mínimos, mas que constituíram um começo. Ao mesmo tempo, com a ajuda do Comitê Americano para África, Roberto tirou vantagens da sua estada em Nova York para ampliar seus contatos americanos.

Em janeiro de 1960 Roberto retornou para África. Após ter ido a Brazzaville para consultar-se com os líderes da UPA, seguiu para a segunda Conferência de Todos os Povos Africanos em Tunis, onde foi eleito para direção do Comitê. Na capital tunisina, Roberto encontrou-se com o presidente Habib Bourguiba e com a delegação do MPLA; recusa-se a aliar-se ao outro movimento anticolonial português. O MPLA no momento era liderado por Viriato da Cruz e Lucio Lara. De Tunis, Roberto retornou para o Gana onde renovou seus laços com Frantz Fanon que estava representando a Frente de Libertação Algeriana – FLA e mais uma vez encontrou Patrice Lumumba que o convidou a retornar após a independência do Congo Belga, já marcada para junho do mesmo ano, a juntar-se numa campanha angolana a partir do Congo.

Roberto participou da Conferência com várias ações positivas de acordo com o primeiro ministro do Gana, Nkruma que eram: protestar a explosão da bomba atômica no Saara (um efeito da Guerra Fria), procurar o banimento mais distante dos testes nucleares em África, promover um programa de boicote e sanções contra o regime do Apartheid na África do Sul. Isto aconteceu durante a segunda visita de Roberto ao Gana, enquanto aguardava a independência do Congo, marcada para 30 de julho de 1960 para que a partir dali começasse a por em prática os ideais dos líderes políticos do Gana, que impulsionavam Roberto a formar uma frente unida com o MPLA. A luta estava reversivamente direcionada para ser levada a diante por organizações de âmbito nacional; apostavam numa ideia de frente comum para exposição internacional das lutas regionais. A UPA com a proximidade que tinha da fronteira permitia que suas ações avançassem e a chegada da independência do Congo Belga favoreceria ainda mais a progressão das ações anticoloniais em Angola.

Holden Roberto em mais uma visita feita a Addis Ababa e Tunis advertiu em uma conferência de imprensa que Portugal deveria negociar com os movimentos nacionalistas, de outra forma a luta armada viria a ser a única via para chegar a um acordo.

A postura da administração do EUA no primeiro período da Guerra Fria (1947-1953), durante a campanha norte americana para a nomeação democrática e o início da presidência Kennedy se expressou em ações de apoio aos movimentos de Direitos Civis⁷ internos do próprio EUA, que de certa forma estendeu-se aos países africanos. Fato que viria refletir na imagem da política externa norte americana, recuperando certa honra e prestígio, aparentemente via a aceção ao nacionalismo do terceiro mundo (NOER, 1948, p.61).

⁷ O movimento de direitos civis norte americano consistia em conseguir reformas nos Estados unidos visando abolir a discriminação e a segregação racial no país que culminou com o aparecimento de movimentos negros no meio dos anos 60 e o clamor da sociedade negra por igualdade racial.

A rápida descolonização africana significaria a abertura a novos mercados e também uma porta aberta para diplomacia Americana que procurava combater o comunismo que estava se espalhando ao redor do mundo. Com esta nova configuração do mapa geopolítico, os EUA procurava estender-se a África, tornando-a um espaço de grandes disputas entre as grandes potências envolvidas no conflito bipolar. Esses interesses tanto norte americanos como russos viera suscitar a grosso modo esperanças para as nações africanas que estavam no auge das lutas anticoloniais.

A atitude tomada pela UPA na revolução Angolana, entretanto, forçou aos africanos a demonstrarem um otimismo na liderança de Kennedy e na sua diplomacia pessoal. John Kennedy preferiu adotar uma postura mais exclusiva na ONU, valorizando a África no seu papel tradicional. E essa postura ganhou simpatias do lado africano em estabelecer essas fronteiras e territórios. A administração de Kennedy trabalhava com os nacionalistas africanos para evitar que esses nacionalistas aderissem aos comunistas.

Não existem dúvidas de que a administração de Kennedy estava muito mais interessada em África do que as anteriores. Mais tarde por volta de 1960 traria mudanças substanciais nas revoltas nas colônias portuguesas. O primeiro momento da nova fase de aproximação dos EUA e África foi a rebelião que aconteceu em Angola em meados de 1960. O apoio de Kennedy à líderes da luta anticolonial de Angola desencadeou a formação dos movimentos de resistência que se foram duplicando e ganhando algum êxito na colônia. Importante ressaltar que a partir desse conflito Roberto voltou de Nova York decidido de que Portugal não cederia a uma descolonização pacífica de seu Império em Angola e uma revolta armada, em sua visão, seria inevitável.

Em Angola duas grandes organizações visavam o controle da luta pela independência, a UPA liderada por Holden Roberto e o Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA, liderado por Agostinho Neto e Mario Pinto de Andrade, ambos clamavam uma representação dos povos Angolanos como um todo. Segundo Thomas Noer, as dificuldades existentes no Congo, face a uma sucessão de Golpes de Estado permitiu o governo norte americano centralizar suas atenções em Holden Roberto. Sendo assim, Roberto tornou-se o homem dos Estados Unidos operando em Angola e recebendo apoio diretamente da CIA. Assim, em 1961 o apoio norte-americano foi uma estratégia que permitiu a UPA avançar no campo de batalha e evitar a força comunista que vinha do MPLA.

O MPLA era também a força nacionalista interna em Angola opositora aos interesses da UPA e dos EUA. Numa tentativa dos EUA manter sua presença na UPA/FNLA através de Roberto e evitar uma derrota contra o seu rival, os EUA acresceram a sua

assistência a UPA/FNLA em 1962. O MPLA acusava Holden Roberto de estar desenvolvendo atividades militares que estavam dizimando vidas.

O norte de Angola viria a servir para UPA uma região de retaguarda, de apoio e de base de treinamento militar. A amizade cultivada na adolescência entre Cyrille Adoula e Holden Roberto em Leopoldville contava favoravelmente para o reforço da UPA na fronteira Congo-Angola (BITTENCOURT,2008. p.246), mesmo depois da morte de Patrice Lumumba, uma vez que Cyrille Adoula o substituiu.

Cyrille Adoula na RDC tornou-se um veículo condutor desta assistência e dos interesses norte Americano. Como verificamos os EUA estavam por trás dos movimentos emancipatórios na África portuguesa, mas sua presença era mais forte em Angola e Moçambique, uma vez que tinha contatos com Eduardo Mondlane e com Holden Roberto. Era inevitável que mesmo os Estados Unidos tendo a sua base da OTAN em Açores, os EUA enfatizassem a necessidade de Portugal deixar Moçambique, assim como Angola. No entanto, deveriam negociar a permanência em Açores.

Havia, porém, uma antipatia nas operações que Kennedy estava desenvolvendo na África portuguesa. Um alerta deixado pelo embaixador de Portugal na ONU condenava a assistência a Roberto e a sua escolha como um líder político distinguido. Mas a decisão dos EUA em assistir Roberto era um exemplo da nova definição que Kennedy estava dando para sua agência. Para Kennedy era necessário um estudo de reorientação da CIA, que concentraria esforços de forma clandestina nos países do terceiro mundo, a fim de evitar movimentos de libertação que se tornassem veículos do comunismo, a mesma reorientação estava sendo pensada para o caso da Guerra do Vietnã. Importante entender que a CIA estava convencida que o Vietnã estava indo de mal a pior e apenas uma ofensiva norte Americana podia evitar que o mesmo ocorresse em Angola. Assim, a administração de Kennedy sentiu que deveria ir além da assistência a Roberto, mas deveria pagá-lo. A inteligência portuguesa acreditava que a assistência dada a Roberto pelos EUA estava criando uma suspeita e desconfiança sobre as intenções Norte Americana em África. Neste caso a situação em Angola era mais séria, podia gerar consequências catastróficas, pois enquanto Portugal estava preocupado com a questão da Guerra que poderia perder, enfraquecia a OTAN e alienava os Africanos das alianças feitas em Lisboa. A América do Norte, portanto, devia forçar uma solução rápida para o problema angolano ou os países poderiam entrar numa situação parecida ao Congo com a possibilidade da intervenção Sul Africana.

Os EUA poderiam financiar um programa massivo de educacional para preparar os dois países para a Libertação. Roberto neste caso passaria a receber um salário no status de

consultor, enquanto a Eduardo Mondlane seria ofertado um posto similar. Era na realidade a construção de um governo de transição, onde os partidos se formariam em 1965 e em 1967 ocorreria as primeiras eleições, marcando assim a independência para dali três anos. Esse era o tipo de mediação que os EUA propunham a Portugal.

Portugal, ao contrário de outras metrópoles, preferiu manter uma ofensiva aos seus territórios ultramarinos. Desta forma, em março de 1962, quando o conselho de segurança nacional dos EUA adotou uma versão modificada de sua recomendação, ignorou a sugestão de suportar a estratégia econômica como incentivo a Portugal para conceder as independências. Os EUA estavam preparados de alguma forma para atender a uma assistência bilateral com Portugal e explorar possibilidades de auxílio multilateral com a seleção dos países da OTAN para minimizar as consequências econômicas para Portugal das independências de suas possessões africanas, mas essa proposta acabou esmorecendo conforme a intransigência de Portugal era mantida. Por outro lado, tinham acordos importantes com a OTAN em que a primazia em manter uma boa relação com as ex-metrópoles colocava-o em uma situação escorregadia para se posicionar a favor das independências africanas (GABARRA, 2013. p. 3)

A administração norte-americana tentou de alguma forma ajudar Portugal com um montante de 70 milhões em assistência direta de uma variedade de fontes governamentais. Em 1963 e 1968, os EUA concederam um montante de 33 milhões de dólares em ajuda militar para Portugal travar os movimentos nacionalistas. Numa análise da explosão desses movimentos, Portugal deparou-se com muitas dificuldades, entre elas a própria potência das tropas guerrilheiras no campo de batalha. Nesse caso, a aceitação de Portugal da mediação dos EUA teria levado a uma descolonização menos desgastante. Nessa fase, a aproximação dos EUA era mais específica e mostrava o desejo por uma solução rápida para o problema.

Assim, entende-se que o intuito dos EUA geopoliticamente era compor um quadro para as independências das colônias portuguesas diametralmente oposto. De um lado, no caso de Angola, ajudando financeiramente a UPA/FNLA e por outro lado, fazendo o mesmo com Portugal para que esse chegasse a um acordo sem hostilidades. De certa forma, acabava mantendo a guerra.

A concessão de Açores por Portugal para a OTAN era para chegar ao fim em 1962. Salazar entendeu que não deveria recusar a renovação da presença dos militares Norte Americanos na ilha. Os EUA tinham dado claras opiniões da importância desse acordo. Por um lado, Kennedy garantia a independência de Angola, apoiando UPA/FNLA, concedendo armamentos para guerrilha por outro, preservava a cooperação que tinha com Portugal.

Enquanto o departamento de estado esperava por uma resposta clara de Salazar sobre a oferta econômica feita a Portugal, Robert Kennedy⁸ ordenou uma revisão completa da política Americana em Angola e da importância de Açores. Enquanto isso, fez um estudo sobre variados pontos de vista dentro e fora do governo para pensar as futuras ações. A divisão que existiu entre africanistas e europeístas tornou-se mais profunda, a medida que os lados tentavam impressionar Robert Kennedy com suas políticas prioritárias externas. Decidiu-se manter a pressão em Portugal, entendendo que Açores proporcionava facilidades para as tropas, mas que a manutenção do apoio a independência deveria ser mantida, pois as bases norte americanas em Marrocos, Líbia e Etiópia, dependiam dessa posição pró-independente dos EUA.

Em resposta ao presidente, Robert Kennedy lançou a preocupação sobre a manutenção da base de Açores, percebia que Salazar podia ordenar que as forças norte americanas fossem para fora da ilha. Era certo que o bureau europeu pressionava Robert Kennedy a desenvolver uma política exclusiva em relação a África e não dúvida como parecia. Mesmo assim Robert Kennedy decidiu continuar mantendo um suporte técnico para Angola e o acordo com Portugal.

Se a política de John Kennedy simpatizava-se com a UPA de Holden Roberto, nos foruns internacionais e no próprio campo de batalha aumentava gradativamente a posição do Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA. De acordo com a tese sustentada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, este foi criado em 10 de dezembro de 1956, data que coincide com o lançamento do manifesto de Viriato da Cruz na província de Luanda. O manifesto teria sido resultado da unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos em Angola (PLUAA) com outros grupos nacionalistas. Com efeito, não incorporavam nenhuma assinatura dos seus subscritores e nem os impulsionadores de uma das correntes no nacionalismo angolano moderno, a corrente marxista (AGOSTINHO, 2014, p. 110).

A data de sua constituição é envolta de certa polêmica. Ao que tudo indica que os seus principais dirigentes pretenderam criar uma anterioridade temporal e uma interiorização em relação ao nascimento em 1958 da UPA, conferindo assim ao MPLA uma anterioridade histórica e um enraizamento no interior do país em oposição ao caráter exterior da UPA.

O MPLA estava constituído por uma forte elite de estudantes que tinham realizado seus estudos nas grandes metrópoles europeias e viveram na Casa dos Estudantes do Império. Na

⁸Irmão do presidente assassinado John Kennedy que foi procurador geral dos EUA.

sua maioria eram mestiços filhos de civis com privilégio relativamente elevado de categoria “assimilados”. Partilhavam de uma vida cultural e acadêmica via a criação em 1951 do Centro de Estudos Africanos, onde se implicavam com estudos de caráter teórico a favor da revolução.

Foi parte dessa elite urbana que deu início a criação do movimento nacionalista em Luanda. Segundo John Marcum, este grupo de jovens mulatos ou assimilados era liderado por Viriato Francisco Clemente da Cruz, literário de proveniência angolana, estudante da Casa do Império, que lançara um manifesto literário entre os jovens urbanos na capital colonial em 1948 com ajuda da Associação Regional dos Naturais de Angola – Anangola – com o intitulado slogan: “Vamos descobrir Angola”(MARCUM,1969, p. 24). Douglas Wheller (2009, p. 168) quando fala sobre os intelectuais que resistiram a falta de direitos, as apropriações de terra, aos impostos de palhoça já no fim do século XIX, aponta como a questão da exploração da mão de obra será um questão recorrente no repertório dos intelectuais desde o XIX até meados do XX. A pouca mão de obra em Angola com exceção de Luanda e de algumas outras cidades no vale do Cuanza e talvez em Benguela permitia que o trabalho forçado fosse visto pelos colonizadores como a opção do momento. Os manifestos que surgiram na virada dos anos 40 para 50 do século XX falavam dessa exploração e provocaram agitações em Luanda. Imediatamente, os assimilados foram julgados responsáveis por todas as perturbações causadas. Sabendo que o cultivo de café se fazia sentir em massa naquele momento em que a escravidão já havia sido abolida, o manifesto delatando isso atingia diretamente os produtores de café. Por outro lado, esses intelectuais nativos conseguiram, ao denunciar a exploração, chamar a atenção das populações que se sentiam nessa situação exploratória.

As lideranças do MPLA, oriundas dessa elite, mais conhecidas são: Mario de Andrade, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Lucio Lara. Muitas das suas atividades foram feitas no exílio. Portanto as atividades eram coordenadas a partir de países como Guiné Conacry, China, Brazzaville e mais tarde Leopoldville. Concluir os estudos em Angola era um caminho muito árduo, impossível para a maioria dos africanos; no entanto, tanto Agostinho Neto, que concluir os seus estudos secundários no Liceu de São Salvador, quanto os membros da diretoria do MPLA foram um dos poucos que chegaram a ter formação universitária. Com essa formação o MLPA foi capaz de mudar o quadro de atuação no exílio a partir de Leopoldville pós independência do Congo Belga, por meio do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados – CVAAR.

Como enfatiza Marcelo Bittencourt (2008, pp.115-117) as possibilidades eram maiores para UPA/FNLA no território congolês, mas o MPLA pôde suprir suas aspirações movimentando seus quadros via a capital guineense e as cidades congolezas do ex-Congo Francês, como Point-Noire, ou na própria Leopoldville do ex-Congo Belga, obtendo informações sobre o que se passava na colônia portuguesa, por meio dos refugiados Angolanos. No entanto, a agitação política no Congo Belga, intensificou em 1959 e chegou ao seu momento culminante com a independência congoleza em junho de 1960, o que significava caminho livre para atuação da UPA/FNLA.

Como podemos observar o MPLA encontrou impossibilidades de organizar frentes a partir da Guine Conacry, bem como a execução de outras duas tarefas primordiais para sua consolidação: a conquista de militantes e o enfrentamento da UPA/FNLA. O ponto estratégico deveria ser um país independente, que fizesse fronteira com Angola, pois os demais territórios fronteiriços de Angola permaneciam sob domínio colonial com exceção do Congo-Brazzaville. O Congo-Brazzaville, além de fazer fronteira com o enclave de Cabinda se constituiu uma espécie de tabua de salvação para o MPLA.

O MPLA embora não fizesse aliança com a UPA/FNLA por causa da imagem comunista, possuía simpatizantes instalados em Leopoldville. Assim, contando com esses apoios pessoais no local e com a aceitação do presidente congolês Joseph Kasavubu⁹, é que o MPLA vai a Leopoldville, em dezembro de 1960 com o objetivo de estudar a possibilidade de instalação de uma sede de um escritório do movimento que fosse, acima de tudo, uma instância de assistência aos refugiados angolanos que chegavam em grande número a fronteira.

As alianças feitas pelo MPLA com outras organizações sediadas em Leopoldville permitiu que em 1961, o MPLA inicia-se a mudança de sua direção para capital Congoleza, valendo-se e muito do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados - CVAAR, que funcionava como seu principal elemento de apresentação e agragação de membros. Em 4 de fevereiro efetivou-se em Angola uma contra ofensiva portuguesa que provocou a fuga de muitos angolanos para o vizinho Congo-Leopoldville.

Uma das questões que ajudou na arregimentação de militantes tanto para o MPLA e a UPA eram os refugiados que atravessavam a fronteira e chegavam no Congo-Leopoldville. O

⁹ Joseph Kasavubu assumiu a presidência da RDC, junto com Patrice Lumumba, como primeiro ministro, mas seus ideais eram bastantes diferentes. Enquanto Lumumba pensava num país centralizado, Kasavubu pensava na federação como forma de governo.

MPLA chegava a dar formação anticolonial, por meio da oferta de bolsas de estudo. Esta foi uma das estratégias que funcionou como isca para atrair novos membros para o partido. As prisões arbitrárias que ocorriam em larga escala em Angola forçaram a UPA a engendrar uma luta por uma via alternativa, já que no próprio território angolano não havia possibilidades de organizar frentes de guerrilha. Então o exílio tornou-se um lugar de refúgio e de estratégia para promover ações anticoloniais contra o regime salazarista. (BITTENCOURT, 2008, p.127).

Um dos grupos étnicos que viveram imensamente essa relação de construção da luta anticolonial na fronteira dos dois países foi os bazombo. Segundo Marcum (1968, p 88) A Association Mutuelle des Ressortissants de Zombo – ASSOMIZO e a Alliance des Ressortissants de Zombo – ALIAZO tinham como liderança André Massaki¹⁰ e constituíram uma associação baseada em questões étnicas que tinha estabelecido um escritório e um secretariado permanente em Leopoldville para apoio aos refugiados bazombo na RDC, grupo étnico da fronteira entre os dois países. Ela dependia totalmente de seus próprios recursos. Não era uma organização com uma estrutura comparável, nem com a UPA, nem com o MPLA, que faziam contatos internacionais. Havia ainda outras associações de cunho étnico, como a Ngwizako e a Nto-Bako (ambas Bakongo) que não estavam interessadas em juntar-se a UPA. Proclamavam-se separatistas, apresentando um cenário de fragmentação política entre o mesmo grupo étnico. Também não se alinhavam o próprio partido do presidente da RDC, o ABAKO, mesmo que esse mantivesse um discurso federalista, valorizando os grupos étnicos dentro da construção da Nação.

O presidente da ASSOMIZO/ALIAZO – entendeu que seria possível formar uma frente comum com a UPA e aconselhou Holden Roberto a levar todos os Angolanos a formar um movimento único sob a sua liderança (MARCUM,1969, p.85), ainda que nesse momento fosse apenas ideia. Mas o fato era que , Roberto estava mais interessado em construir a UPA como um movimento que incluía apenas integrantes da UPA e não queria ser identificado com os discursos étnicos. Deste modo os três líderes da ASSOMIZO\ALIAZO (Emanuel Kunzica, Andre Massaki e Ferdinand Dombele – esse último secretário geral do partido) recusaram-se a ideia de Roberto embora outros membros proeminentes daquela organização aderissem. Assim a UPA registrou certo crescimento entre seus membros.

¹⁰Andre Massaki nasceu em kikaka proximo a maquela do zombo, Angola em 25 de Fevereiro de 1923 e estudou numa escola protestante em Matadi (1932-1937) trabalhou como Professor e escriturario em Leopoldville e Matadi, Exerceu as funções de jornalista onde tornou-se editor de Sikama e em 1962 seguiu o curso no jornalismo.

Reunidos representantes da UPA, MPLA e ALIAZO\ASSOMIZO num bar em Leopoldville, acordaram que nenhum partido poderia fazer ações sem o suporte de outros. Esse acordo ficou conhecido como *accord de principe* pela criação formal do cartel da frente comum. A existência da mesma veio a ser reconhecida quando os representantes dos três movimentos redigiram uma carta aberta endereçada ao Secretário geral das Nações Unidas e cujo conteúdo também condenava as intenções de Lisboa em enviar uma delegação de colaboradores angolanos do cenário português para as conferências das Nações Unidas.

A carta fora enviada em nome dos três partidos como combinados sendo que essa coalizão foi feita em Leopoldville sem a presença de Holden Roberto que se encontrava em Nova Iorque. Mais tarde pela circunstância que foi aprovada provocou uma grande alteração na natureza do partido UPA. Neste momento, a frente comum estaria constituída pela UPA, ASSOMIZO\ALIAZO e o MPLA.

Em 1963 outra frente comum surge como proposta de representação da luta anticolonial, que unia o MPLA, a UPA, e o Partido Democrático Angolano¹¹ – PDA. Desse momento em diante, passava a existir a FNLA. O objetivo de integrar uma frente comum significou uma integração entre os movimentos envolvidos na luta, mas também exaltou alguma rivalidade, onde o MPLA mais tarde acusou a FNLA de privilegiar os bakongo e etnias do norte de Angola. Assim, o MPLA mais tarde pôs fim as relações de ajuda mútua e se afasta da antiga UPNA\FNLA. Concomitantemente a UPNA perde o seu “N” por implicações sugeridas a Holden Roberto por Frantz Fanon seu grande admirador.

Em suma o primeiro volume de “A anatomia de uma explosão” tratou então do romper e do desenvolvimento do nacionalismo angolano no que abarca a visão político estratégica de cada grupo político em conseguir seu protagonismo diante das massas populares e apoios externos, mais precisamente nesse momento da UPA. John Marcum descreve minuciosamente o desenrolar dos acordos internacionais entre Holden Roberto e os EUA, mas também entre os líderes africanos, principalmente o núcleo pan-africanista e os próprios líderes angolanos. É na riqueza de detalhes nem sempre possível de traduzir nesse trabalho que o título anatomia faz jus a obra. A repressão em Angola depois do levante da revolução armada e as tentativas de negociação estabelecidas por regras exôgenas a própria dinâmica africana, principalmente aquela colocada pelo reino do Kongo na fronteira Congo – Angola, apresenta o sentido da explosão indicada por John Marcum; algo incontrolável diante dos elementos concretos que estavam em jogo. A repercussão internacional procurada pelos

¹¹Partido Democrático Angolano de origem bakongo.

militantes possibilitou a legitimação da atuação dos Estados Unidos, seu envolvimento e engajamento parcelado, ponderado e estratégico criou circunstâncias que só podem ser analisadas com um olhar mais longo, incluindo o processo pos-independência, da declarada guerra civil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estágio inicial do conflito, os líderes nacionalistas estimavam sobre os impactos e fatores externo na luta armada. O líder da FNLA, ainda como UPNA, procurava decisivos suportes externos nas Nações Unidas em Nova Iorque e Washington. Holden Roberto assume o levante anticolonial uma vez que acreditava que Portugal não tinha suporte para a Guerra e era considerado gestor de um dos sistemas coloniais mais retrógrados. Enquanto Roberto controlava a FNLA, trazendo suporte financeiro, político internacional para guerrilha, através de suas viagens aos EUA, o MPLA continuava ainda procurando as ancoras internas. Nesse sentido, pode-se observar o quanto a FNLA estava preparada para a luta anticolonial. No entanto, o MPLA tinha reconhecido a importância da Frente Comum e o esforço em priorizar as ações internas e não as externas. Ambos movimentos continuaram, a considerar que ganhar apoios externos era necessário e cada um propôs buscar financiamento externo do que legitimar o suporte doméstico.

Sendo assim em linhas gerais, a política externa e as relações transterritoriais dos nacionalistas angolanos se focaram em três objetivos. O primeiro: construir alianças com nacionalistas de outros territórios portugueses e grupos opositores a Portugal, obtendo a assistência externa, material, financeiro e política, principalmente a partir de três países (Gana, Congo-Leopoldville, Congo-Brazzaville, EUA). Segundo, organizar propagandas externas e ações diplomáticas designadas a isolar e enfraquecer seu adversário comum, neste caso Portugal. E terceiro, equipar o movimento interno a fim de manter a pressão dentro do território angolano.

Ambos, MPLA e UPA/FNLA, preveram as vantagens que podiam ser ganhas a partir de uma coordenação política e atividades militares com movimentos africanos que trabalhavam para independência de Moçambique e Guiné Bissau. Com certeza havia uma preocupação entre movimentos Angolanos em angariar aliados nas outras colonias portuguesas. Uma das implicações era de que a UPA/FNLA ao receber assistência dos EUA, através da embaixada norte americana em Leopoldville e da ACA, não permitia que Roberto se aliasse ao MPLA, pois nos círculos Americanos eram caracterizados como pró-comunistas. Os líderes do MPLA vinham de uma corrente marxista-leninista, ex-estudantes da Casa do Império, marcada por essa visão intelectualizada nas redes comunistas europeias e isso não permitiu uma coordenação de esforços entre esses dois grupos políticos.

Neste sentido, fazer uma análise da obra de John Marcum “The anatomy of an explosion” do volume I que substancia estudos sobre o nacionalismo angolano, tendo como

foco o protagonismo da UPA é de importância singular, pois traz uma visão detalhada de acordos, disputas, dúvidas e ações dos líderes angolanos no início da luta anticolonial. Assim, foi possível entender as ações de luta da UPA/FNLA, o protagonismo e engajamento dos líderes africanos, principalmente na pessoa de Holden Roberto, diante das Conferências e encontros em Accra, nos Estados Unidos e suas relações com a administração Norte Americana e a do Congo.

Portanto, conforme a obra foi sendo analisada e discutida, descobriu-se as entranhas das ideologias e teorias que de forma direta produziram uma viragem na estrutura de luta da UPNA, transformada em UPA e posteriormente em FNLA. Partindo de uma dinâmica africana, que não se limitava em fronteiras coloniais, mas sim se apoiava em identidades de uma história comum, o movimento, primeiramente pela defesa da autogovernança do povo Kongo, torna-se regional; e, de regional, ao abarcar os apoios internacionais, torna-se nacional. Nesse sentido, a UPA significou um grande movimento e Holden Roberto um personagem passível de admiração. Figura sem estudo nos grandes centros urbanos da Europa, ao contrário dos líderes do MPLA, construiu uma trajetória de luta pela independência e deixou um legado à nação Angolana.

Este trabalho serviu e significou um grande desafio e honra, pois possibilitou em um curto espaço de tempo, alcançar uma discussão histórica e conceitual deste momento tão singular da história de Angola. Toruxe, assim, uma contribuição para um debate teórico que constituiu o arcabouço de futuras discussões em outros espaços académicos, principalmente lusófonos.

REFERENCIAS

- ALEXANDRE, Agostinho. Angola: Dinâmicas internas e externas na luta pela libertação (1961-1975). Tese de doutorado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2014. Lisboa.
- ANDRADE, Mario Pinto de. Origens do nacionalismo africano. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1997.
- BENOIT, Yves. Ideologia das independências Africanas” Lisboa vol. 1.sá da costa, 1981
- BITTENCOURT, Marcelo. “Estamos Juntos”: O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974), vol. I. Luanda: Kilombelombe.
- CAPOCO, Zeferino, Do nacionalismo a construção do estado: (1961-1991), uma síntese analítica Universidade católica de Lisboa.2000.
- CARDOSO, Pedro. Entrevista com John Marcum. Revista Savana de 22 de agosto de 2008. Disponível em:
http://r.search.yahoo.com/_ylt=A0LEVvyH2NtXzHAAN1If7At.;_ylu=X3oDMTByMG04Z2o2BHNIYwNzcgRwb3MDMQRjb2xvA2JmMQR2dGlkAw--/RV=2/RE=1474054407/RO=10/RU=http%3a%2f%2fmacua.blogs.com%2fmoambique_para_todos%2ffiles%2fjohn_marcum_poder_absoluto_corrompe.doc/RK=0/RS=rw0Y9pEFFF3b.78IzGr54.hpIYs- Acesso 16/09/2016.
- LASNIER, Guy. “John A. Marcum, Africa scholar, UCSC politics professor emeritus, dies at 86”. In: News Center, CaliforniaUniversity.
- Disponível em:<<http://news.ucsc.edu/2013/09/marcum.html>> acesso em: 25/07/2016.
- GABARRA, Larissa Oliveira. África pós -1970: Do terceiro mundo as propostas de cooperação sul sul. In: Boletim Tempo Presente (UFRJ), v. 7, p. 12, 2013. Disponível em:.<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo_presente> acesso em:2507/2016
- MARCUM, John, “the Angolan revolution vol 2, exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)” Massachusetts Institute of Technology Press (Cambridge), 1978.
- MAZIRUI, Ali. in: *História geral da África*, VIII: África desde 1935
- THOMAS, Noer. “cold war and black liberation: the United states and White rule in Àfrica 1948-1968” university of Missouri press (Columbia), 1985.
- WHELLER, Douglas; PELISSIER, René. História de Angola. Lisboa: Tinta da China,2009.

Fontes:

- OFFICE of historian. Departament of State. United States of America. Disponível em:<<https://history.state.gov/>> Acesso: em 6 de julho de 2016.

MARCUM, John. *The Anatomy of an Explosion (1950-1962)*. Vol.1. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1969.